



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA  
17 DE JULHO DE 2020 - Nº 13/2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos dezassete dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes e Alzira Agostinho, em substituição de António Moreira. Secretariou a reunião Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

**Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.**-----

Proposta de Ata n.º 10/2020 - Reunião realizada no dia 16/06/2020.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

**Ponto 02 – Isenção de taxas de transporte de utentes para realização do teste à covid – 19.**-----

Despacho do Presidente-----

Município de Alpiarça-----

**Para Ratificação:**-----

**Remeter à Assembleia Municipal:**-----

**Ponto 03 – Apoios no âmbito da Ação Social Escolar, Componente de Apoio à Família (CAF), Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Transportes Escolares para o Ano Letivo**





2020/2021.-----

Despacho do Presidente-----

Município de Alpiarça-----

**Para Ratificação:**-----

**Ponto 04** – Revogação da decisão de contratar – Concurso Público nº 2/2020/CCE para celebração de Acordo Quadro para aquisição de refeições escolares (almoços, lanches e pequenos almoços).-

Município de Alpiarça-----

**Para Ratificação:**-----

**Ponto 05** – Acordo Quadro Nº 04/2020/CCE para Aquisição de refeições Escolares (Almoços, Lanches e Pequenos-Almoços).-----

Município de Alpiarça-----

**Para Ratificação:**-----

**Ponto 06** – Proposta – Aprovação do Início do Procedimento de Revisão do “Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça”.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

**Ponto 07** – Proposta – Alteração da Operação de Loteamento Municipal na Zona do Sacadura, de acordo com a Informação Técnica nº 4974 de 19 de Junho de 2020.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

**Ponto 08** – Pedido de Cedência de Exploração do Bar e Esplanada da Barragem.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação Técnica:**-----





**Ponto 09** – Proposta – Alteração de Operação de Loteamento Municipal na Zona do Sacadura, de acordo com a Informação Técnica nº 5661 de 08 de Julho de 2020.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

**Ponto 10** – Proposta – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas – 2019.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

**Remeter à Assembleia Municipal:**-----

**Ponto 11** – Licença Especial de Ruído, com início às 19,00 h e termo às 23,00 h do dia 11/07/2020, para realização do evento “Musica ao Vivo – Gato Maltês”, a realizar no Jardim/Esplanada Don Dion, em Alpiarça.-----

Requerente: Valter e Ana, Hotelaria, Lda-----

**Para Ratificação:**-----

**Ponto 12** – Licença Especial de Ruído, com início às 20,30 h e termo às 23,59 h do dia 11/07/2020, para realização do evento “Há Fados no Largo”, a realizar no Recinto das Feiras, em Alpiarça.-----

Solicita Isenção de Taxas-----

Requerente: Junta de Freguesia de Alpiarça-----

**Para Ratificação:**-----

**Ponto 13** – Substituição de Dívida Através da Autorização para Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 658.903,88€ - Cláusulas Contratuais do Empréstimo a Celebrar com o Banco Caixa Geral de Depósitos, SA.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----





**ABERTURA DA REUNIÃO**

----A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e quinze minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia dezasseis de Julho de dois mil e vinte, com um total de disponibilidades de 1.034.886,00 Euros (um milhão trinta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis euros).

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

---O Presidente começou por dar duas informações, a primeira sobre a evolução da situação do covid 19 no concelho, onde não existem casos ativos, a segunda relativamente às candidaturas já aprovadas em reunião de Câmara, e que foram submetidas a financiamentos dos Fundos Estruturais do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020. Deu nota que a candidatura para a Escola EB 2,3 S de José Relvas já foi aprovada pela Autoridade de Gestão, as candidaturas para a EB1/JI do Frade de Baixo e para a EB1/JI de Alpiarça foram já submetidas, não estando ainda aprovadas, a candidatura para o Parque Ecológico dos Patudos, esta no âmbito da contratualização através da CIMLT, e a segunda fase do Mercado Municipal que também já foi submetida, esta ao abrigo do programa da Regeneração Urbana. Anunciou que as quatro últimas foram objeto de colocação em Plataforma, estando em fase de análise, contando-se até ao final do mês corrente ter lançado todos os concursos, com os programas de concursos, com os cadernos de encargos e os restantes elementos.

---Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente deu seguidamente a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de assuntos gerais da autarquia.

---Pedi a palavra a Vereadora Sónia Sanfona, que cumprimentou os presentes e agradeceu as informações dadas pelo Presidente. Perguntou de seguida se o Executivo tem intenção de abrir as Piscinas Municipais, mesmo que com as restrições conhecidas e necessárias. Saliu que esta situação vinha dar resposta a uma necessidade que a população sente com alguma premência. Perguntou ainda se já existe alguma decisão em relação à Alpiagra, considerando que já tinha





ficado decidido, com a sua concordância, a não realização do Festival do Melão, sendo certo que continua a estar preocupada com o momento que se vive no pico de verão, mas sobretudo com o que poderá acontecer em Setembro/Outubro, preocupação veiculada pelas autoridades de saúde. Acha que seria prudente ponderar esta decisão com alguma atenção. Abordou a questão do Mercado Municipal, pretendendo saber porque razão este não abre e o que se passa com a EDP e com a certificação energética. Sublinhou que a expectativa das pessoas é que o Mercado abra, que as pessoas que ali estão possam desenvolver a sua atividade noutras condições, que entretanto foram criadas. Colocou uma pergunta relativamente aos Planos Municipais da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Sobre esta matéria disse que há um conjunto de municípios que têm planos novos ou com atualização em curso, há outros que têm planos já aprovados e há outros que não têm a decorrer qualquer revisão ou atualização dos planos que existem, sendo um deles o município de Alpiarça. Afirmou que está criado um Gabinete de Proteção Civil, existe uma estrutura, há o apoio das estruturas distritais nas quais o Município de Alpiarça se integra e com as quais interage, e pretende saber porque não está o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios atualizado, que não trazendo nenhum encargo especial à Câmara, traz certamente vantagens. Colocou de seguida uma questão sobre a atribuição de subsídios aos estudantes do ensino superior. Teve informação que haveria uma irregularidade na atribuição de um subsídio, de uma pessoa que informou residir no concelho, condição determinante para efeitos de atribuição da Bolsa, o que aparentemente não acontece. Pretende saber se é possível o Executivo consultar os processos, de forma a garantir se aquelas informações correspondem à verdade. Relativamente à limpeza da Vala de Alpiarça, que pensa estar quase concluída, tem verificado que a água está praticamente estagnada, com um cheiro desagradável e perguntou se há alguma coisa a interromper a circulação e se o Executivo tem a noção do que se está a passar. Disse que o município, para efeitos de gestão da água, integra as Águas do Ribatejo desde o início da sua criação, achando que esta foi uma medida importante e que veio contribuir para a melhoria dos serviços, com melhor qualidade, para os cidadãos dos municípios que integram aquela empresa. Referiu que os documentos das AR são transparentes e deduziu que o preço da água é igual para todos os municípios, mas perguntou se se passa o mesmo no que diz respeito ao remanescente da



fatura que tem a ver com os resíduos urbanos e se o valor é diferente qual é a razão, e em que é diferente.-----

---Pedi a palavra a Vereadora Alzira Agostinho que cumprimentou os presentes e referiu-se à Zona Industrial, dizendo que para o desenvolvimento de um concelho tem de haver a fixação de pessoas e lembrou que a CDU no seu programa propunha a ampliação da Zona Industrial, promovendo a disponibilização de mais lotes para a instalação de novas empresas e também a criação de uma incubadora de empresas. Perguntou de seguida qual foi o valor investido na Zona Industrial nos últimos anos, qual o número de empresas que encerraram e o número de empresas que se fixaram e qual foi o resultado desse processo no que diz respeito à criação ou extinção de postos de trabalho. Perguntou ainda qual é o projeto que existe para dinamizar a Zona Industrial, de modo a atrair e a fixar empresas.-----

---O Presidente respondeu a algumas questões, deixando outras para os Vereadores Carlos Jorge Pereira e João Pedro Arraiolos. Relativamente às Piscinas Municipais mencionou que o objetivo é abrir na próxima semana. Recordou que até há pouco tempo havia a dúvida sobre a sua abertura, tidas no início da pandemia como um dos elementos de maior potencial em termos de contágio, mas, tratando-se de um serviço público à população e tendo em consideração o aspeto social e as pessoas que precisam de utilizar aquele equipamento, optou-se pela sua abertura. Em relação ao Festival do Melão já havia sido informado na última Assembleia Municipal que não iria acontecer, cujo processo de preparação já tinha sido iniciado, nomeadamente os contactos com a RTP, para a realização de um programa de televisão, que já tinha confirmado a sua disponibilidade para esse efeito. Não havendo Festival do Melão, decidiu-se manter o programa, que não vai ser no Parque do Carril, mas sim na Casa dos Patudos, dando realce ao melão e à melancia de Alpiarça, bem como a outras atividades como as económicas, culturais e sociais. Em relação à Alpiagra, há ainda alguma discussão sobre o assunto, devendo ser tomada uma decisão muito em breve, mas mesmo que houvesse nunca poderia ser um certame com a mesma dimensão dos anteriores. Não podendo ser, também se colocam dúvidas sobre a sua pertinência. De qualquer forma brevemente terá de se tomar uma decisão sobre a sua realização ou não. Relativamente ao Plano da Defesa da Floresta, informou que o plano do Município é o Plano Intermunicipal, como o são vários outros no País, sendo preparado pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal de Almeirim, Alpiarça e



Chamusca, que está em processo de revisão. Recordou que o Município tem este ano o maior contingente do dispositivo de emergência e de combate a incêndios que alguma vez teve, pelo menos nos últimos anos. Relativamente às Águas do Ribatejo confirmou que o preço da água é igual em todos os Municípios mas a componente dos resíduos sólidos que vem na fatura da água não é uma receita das AR mas sim uma receita de cada um dos Municípios, à exceção, agora, dos concelhos de Almeirim e Coruche. Sublinhou que para o grau de cobertura da despesa com o tratamento dos resíduos sólidos, a taxa de cobertura pela tarifa é muito baixa, sendo cerca de cinquenta por cento do custo real, havendo outros municípios com taxas de cobertura mais elevadas. Lembrou que o entendimento da ERSAR é que a taxa de cobertura deve ser total em relação à despesa do serviço, e que os alpiarcenses pagam na sua tarifa metade do custo de serviço de recolha, de deposição e tratamento do lixo que se produz, ao contrário do que muitas vezes se diz por aí, mas que não corresponde à verdade. Sobre a intervenção da Vereadora Alzira Agostinho, no que diz respeito à Zona Industrial, disse que havia a perspetiva de concretização, importante e em termos estratégicos para o concelho, do investimento e da ampliação da Zona Industrial bem como da melhoria das infraestruturas. Recordou no entanto que neste momento existe um problema, que é o facto de o próprio quadro comunitário não conter verbas para o investimento em zonas industriais, a não ser em situações muito periféricas, de pequenos acessos àqueles locais. Relativamente à incubadora de empresas, lembrou que está prevista para instalar no Mercado Municipal, após a conclusão da segunda fase das obras, com a recuperação das galerias do primeiro piso. Em relação aos valores investidos disse que houve algumas intervenções e está a ser preparado, com a EDP, a disponibilização de um terreno para a construção e implementação de uma sub-estação elétrica para abastecimento de média tensão para reforço da Zona Industrial mas também de todo o Concelho, o que vai implicar algum investimento por parte do Município. Abordou a questão do emprego, comentando que estas questões colocam-se aqui e noutros locais, sendo igualmente objeto de discussões, que muitas vezes não têm em conta a realidade. Registou que em Alpiarça, com a pandemia a situação não será a mesma devido ao seu efeito sobre as empresas, mas em Março de dois mil e vinte tínhamos uma das taxas mais baixas de desemprego em toda a região, com um valor a rondar os três por cento. -----





---O Vereador Carlos Jorge Pereira cumprimentou os presentes e respondeu a algumas questões. Começou por se referir ao Mercado municipal, dizendo que não tem ainda conhecimento se já foi efetuada a ligação por parte da EDP, mas que vai verificar, sendo esta a única situação pendente. A Engenheira Carla Cunha confirmou que a baixada já foi feita, mas falta fazer a ligação aos contadores. Sobre a questão da vala anunciou que a limpeza ainda não terminou e confirmou que também nota o cheiro da água. Julga que isso é derivado de uma descarga que foi feita na Vala há cerca de um mês, cuja ação foi participada ao SEPNA, e que agora com a limpeza essa água foi-se aproximando do paredão, provocando um cheiro mais intenso.-----

---Tomou a palavra o Vereador João Pedro Arraiolos, que cumprimentou os presentes e começou por confirmar que, relativamente às Piscinas já se estava a contar abrir o espaço, ainda nesta semana mas não houve condições para tal, o que acontecerá na próxima semana. Informou que devido ao pouco pessoal, a abertura será feita apenas com um turno, de forma a não haver grande circulação de pessoas, das catorze às dezoito horas e trinta minutos, com todas as regras que estão definidas em termos de funcionamento deste tipo de equipamentos. Relativamente a uma eventual irregularidade nas bolsas de estudo disse não ter qualquer conhecimento e pediu à Senhora Vereadora que lhe fizesse chegar mais alguma informação para poder verificar a situação. Acrescentou, em relação à tarifa dos resíduos sólidos urbanos, que se está a falar de uma tarifa que existe desde dois mil e nove, tarifa que tem onze anos e que nunca foi atualizada por opção do Executivo.-----

**Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:**-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

**Ponto 01** – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 10/2020 - Reunião realizada no dia 16/06/2020.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

A Vereadora Sónia Sanfona propôs algumas alterações à redação da Ata.-----







---Com as alterações sugeridas, o Presidente colocou a Ata à votação, que foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião respetiva.-----

**Ponto 02** – Isenção de taxas de transporte de utentes para realização do teste à covid – 19.-----

Despacho do Presidente-----

Município de Alpiarça-----

**Para Ratificação:**-----

**Remeter à Assembleia Municipal:**-----

O Presidente explicou que esta proposta é para ratificação e que se trata de isentar todas as pessoas que foram sinalizadas pelas autoridades de saúde, para realizar os testes do covid e que tiveram de ser transportadas pelos Bombeiros de Alpiarça.-----

---O Presidente colocou o ponto à votação, tendo o seu Despacho sido ratificado por unanimidade. Deliberado ainda remeter à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.-----

**Ponto 03** – Apoios no âmbito da Ação Social Escolar, Componente de Apoio à Família (CAF), Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Transportes Escolares para o Ano Letivo 2020/2021.-----

Despacho do Presidente-----

Município de Alpiarça-----

**Para Ratificação:**-----

---O Presidente esclareceu que se trata de uma proposta de prorrogação, que vem para ratificação, uma vez que já foi objeto de despacho, e que tem a ver com um conjunto de situações de dificuldades que as pessoas tinham na obtenção de dados a partir de algumas entidades oficiais, nomeadamente da Segurança Social, até pelas próprias limitações dos serviços, derivado à situação de pandemia. Esta questão estava a dificultar a apresentação das candidaturas dentro do prazo, e deu nota que a proposta vai no sentido destas candidaturas poderem ser formalizadas até ao final do mês de Agosto.-----

---A Vereadora Sónia sanfona colocou uma dúvida sobre as considerações do despacho, que foi esclarecida pelo Presidente.-----



---Não havendo mais intervenções o Presidente colocou o ponto à votação, tendo o seu Despacho sido ratificado por unanimidade.-----  
-----

**Ponto 04** – Revogação da decisão de contratar – Concurso Público nº 2/2020/CCE para celebração de Acordo Quadro para aquisição de refeições escolares (almoços, lanches e pequenos almoços).---  
Município de Alpiarça-----

**Para Ratificação:**-----

---O Presidente disse que também neste caso já houve um Despacho, considerando que se trata de um processo que obedece a prazos e que está a ser desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, através da Plataforma de Compras Eletrónicas.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos deu nota que o ponto quatro e o ponto cinco estão relacionados e que este ponto em concreto trata da necessidade de revogar a decisão de contratar e anular este procedimento, tendo em conta que os concorrentes foram excluídos e o concurso foi considerado como deserto.-----

---Não havendo intervenções, o Presidente colocou o ponto à votação, tendo sido aprovada por unanimidade a Revogação da decisão de contratar, relativo ao Concurso Público nº 2/2020/CCE para celebração de Acordo Quadro para aquisição de refeições escolares (almoços, lanches e pequenos almoços).-----  
-----

**Ponto 05** – Acordo Quadro Nº 04/2020/CCE para Aquisição de Refeições Escolares (Almoços, Lanches e Pequenos-Almoços).-----

Município de Alpiarça-----

**Para Ratificação:**-----

---O Presidente transmitiu que este ponto trata da abertura de um novo concurso para aquisição de refeições escolares, situação que foi já discutida na Comunidade Intermunicipal e que tem a ver com os valores das propostas.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona perguntou se os preços base desta nova proposta eram os mesmos, mais baixos ou mais altos.-----

---O Presidente esclareceu que os preços são mais altos.-----



---O Vereador João Pedro Arraiolos prestou também alguns esclarecimentos.-----

---Esgotada a discussão, o Presidente colocou o ponto à votação. Foi aprovado por unanimidade ratificar o seu Despacho relativo ao Acordo Quadro Nº 04/2020/CCE para Aquisição de Refeições Escolares (Almoços, Lanches e Pequenos-Almoços).-----

**Ponto 06** – Proposta – Aprovação do Início do Procedimento de Revisão do “Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça”.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

---O vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação da proposta. Mencionou que o regulamento do Arquivo Municipal que se encontra em vigor é de sete de Novembro de dois mil e sete e há necessidade de se proceder à sua revisão, tendo em conta que se encontra desatualizado face à nova realidade legislativa.-----

---O Presidente colocou de seguida o ponto à votação. Foi aprovada por unanimidade a proposta para o Início do Procedimento de Revisão do “Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça”.-----

**Ponto 07** – Proposta – Alteração da Operação de Loteamento Municipal na Zona do Sacadura, de acordo com a Informação Técnica nº 4974 de 19 de Junho de 2020.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

---O Presidente ausentou-se da sala, não participando na discussão e votação deste ponto, por motivo de incompatibilidade.-----

---O vereador Carlos Jorge Pereira presidiu à reunião na discussão deste ponto. Fez a leitura e apresentação da proposta.-----

---Não havendo discussão, o Vereador Carlos Jorge Pereira colocou o ponto à votação, tendo a Proposta de Alteração da Operação de Loteamento Municipal na Zona do Sacadura, de acordo com a Informação Técnica nº 4974 de 19 de Junho de 2020 sido aprovada por unanimidade.-----





**Ponto 08** – Pedido de Cedência de Exploração do Bar e Esplanada da Barragem.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação Técnica:**-----

---O Presidente esclareceu que se trata de um processo simples para corresponder ao pedido da empresa que ficou com a concessão do Bar e Esplanada da Barragem, a Pastelaria Venicien, Lda, que pretende fazer a cedência do nome à empresa Venicien MM, Lda.-----

---A Vereadora Sónia sanfona colocou uma questão sobre a garantia de nesta sub-concessão não haver verbas envolvidas, tendo no entanto a noção que, tratando-se de uma empresa do universo familiar, julga que isso não acontecerá. Entende que, para defesa dos interesses da Câmara municipal, a nova empresa que vai assumir a concessão, faça entrega da mesma documentação que foi solicitada à empresa a quem foi cedida a exploração, nomeadamente o cumprimento das obrigações fiscais e outras exigidas para o efeito.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos e a Doutora Carla Borba confirmaram que a documentação referida deve ser entregue nos serviços do Município.-----

---O Presidente passou de seguida à votação do ponto, que foi aprovado por unanimidade.-----

**Ponto 09** – Proposta – Alteração de Operação de Loteamento Municipal na Zona do Sacadura, de acordo com a Informação Técnica nº 5661 de 08 de Julho de 2020.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

---O Presidente ausentou-se da sala, não participando na discussão e votação deste ponto, por motivo de incompatibilidade.-----

---O Vereador Carlos Jorge Pereira presidiu à reunião na discussão deste ponto. Fez a leitura e apresentação da proposta.-----

---Não havendo discussão, o Vereador Carlos Jorge Pereira colocou o ponto à votação, tendo a Proposta de Alteração de Operação de Loteamento Municipal na Zona do Sacadura, de acordo com a Informação Técnica nº 5661 de 08 de Julho de 2020 sido aprovada por unanimidade.-----

**Ponto 10** – Proposta – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas – 2019.-----





Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

**Remeter à Assembleia Municipal:**-----

---O presidente informou que, de acordo com as obrigações legais, este ponto trata de discutir e votar a Prestação de Contas Consolidadas do ano de dois mil e dezanove, alargada a todo o universo de influência financeira do Município de Alpiarça, que inclui a Agroalpiarça e as Águas do Ribatejo.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação dos documentos. Confirmou que a lei determina que tem de se apresentar as contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, esclarecendo os pressupostos da proposta. Salientou que toda a parte técnica que vem descrita é essencialmente para cumprir o que está determinado na lei, considerando que a adoção de medidas extraordinárias devido ao estado atual de pandemia, permite que a apreciação pelo órgão deliberativo seja feita até ao final do mês de Julho, quando em condições normais deveria ser até trinta de Junho.-----

---A Vereadora Alzira Agostinho comentou que a proposta trata de questões técnicas, mas questiona se esta prestação de contas consolidadas não deveria vir acompanhada pelo relatório do Revisor Oficial de Contas e da certidão legal das contas.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos disse que normalmente é considerado que o documento tem de ser submetido à aprovação ao órgão deliberativo e daí que o Revisor Oficial de Contas (ROC) deve pronunciar-se sobre o documento após proposta da Câmara Municipal. Esclareceu que o documento vai ser submetido à Assembleia Municipal em conjunto com a revisão de contas pelo ROC. Salientou ainda que se houvesse alguma alteração à proposta apresentada, o documento teria de ser apreciado novamente pelo ROC.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona está de acordo que o relatório teria de ser alterado, mas entende que para os elementos do Executivo Camarário era importante ter presente o relatório do ROC, desde logo porque ele encerra não só a sua responsabilidade na certificação legal das contas mas sobretudo a análise que faz do documento.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos recordou que a certificação legal de contas é emitida após a proposta da Câmara Municipal.-----





---Esgotada a discussão, o Presidente passou à votação deste ponto, tendo sido aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS) a Proposta de Documentos de Prestação de Contas Consolidadas – 2019. Foi ainda deliberado remeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

**Ponto 11** – Licença Especial de Ruído, com início às 19,00 h e termo às 23,00 h do dia 11/07/2020, para realização do evento “Musica ao Vivo – Gato Maltês”, a realizar no Jardim/Esplanada Don Dion, em Alpiarça.-----

Requerente: Valter e Ana, Hotelaria, Lda-----

**Para Ratificação:**-----

---O Presidente deu conhecimento que foi dado despacho a este pedido no dia nove de Julho, sendo esta a primeira reunião após a realização do evento.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona colocou uma questão relativamente à entrada da situação de pandemia, onde houve uma série de procedimentos que tiveram influência na vida quotidiana das pessoas e das empresas que promovem eventos deste género. Comentou que todas elas tiveram de se adaptar a um conjunto de regras e julga que a maioria ou mesmo a totalidade têm procurado cumprir com a regras da Direção geral de Saúde (DGS). Questionou se as entidades que solicitam a realização destes eventos só têm que pedir uma licença de ruído e que quando a solicitam se fazem sempre referência ao cumprimento das diretrizes da DGS. Perguntou o que pensa o Executivo sobre isso e se nesta fase, transitoriamente, se devia fazer com que as entidades demonstrassem que estão preenchidas as condições para a realização de determinados eventos.---

---O Presidente esclareceu que neste caso os promotores do evento gratificaram a GNR, que acompanhou a realização do mesmo. -----

---O Vereador Carlos Jorge Pereira disse que esteve presente no evento e que inclusivamente o promotor pediu antecipadamente alguns conselhos, transmitindo algumas informações e preocupações também. Garantiu que durante todo o tempo do evento esteve sempre presente uma patrulha da GNR, que esteve também antes da sua realização, para analisar o espaço e o cumprimento do distanciamento das mesas.-----





---A Vereadora Sónia Sanfona acha que, em geral, quem promove eventos em Alpiarça, entidades ou pessoas particulares, têm tido essa preocupação, solicitando pareceres à autoridade de saúde e a outros organismos, para saberem se cumprem com as regras definidas.-----

---O Presidente colocou de seguida o ponto à votação, tendo a Licença Especial de Ruído sido ratificada por unanimidade.-----

**Ponto 12** – Licença Especial de Ruído, com início às 20,30 h e termo às 23,59 h do dia 11/07/2020, para realização do evento “Há Fados no Largo”, a realizar no Recinto das Feiras, em Alpiarça.-----

Solicita Isenção de Taxas-----

Requerente: Junta de Freguesia de Alpiarça-----

**Para Ratificação:**-----

---O Presidente deu nota da realização deste evento, que se trata de uma iniciativa organizada pela Junta de Freguesia de Alpiarça e que vem na sequência de um conjunto de outras iniciativas de animação musical e cultural que esta autarquia tem vindo a desenvolver, mesmo no período mais crítico da pandemia.-----

---O Presidente colocou de seguida o ponto à votação, tendo a Licença Especial de Ruído sido ratificada por unanimidade.-----

**Ponto 13** – Substituição de Dívida Através da Autorização para Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 658.903,88€ - Cláusulas Contratuais do Empréstimo a Celebrar com o Banco Caixa Geral de Depósitos, SA.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

---O Presidente esclareceu que neste ponto trata-se de uma proposta de aprovação das cláusulas contratuais de um empréstimo de substituição de dívida à Ecolezíria.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos confirmou que se trata da formalização de todo o procedimento que já foi aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal, sendo da competência do órgão Câmara Municipal a aprovação das cláusulas do contrato de empréstimo de substituição de dívida.-----





---Não houve intervenções.-----

---O Presidente passou de seguida à votação do ponto, tendo sido aprovado por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS), as Cláusulas Contratuais do Empréstimo a Celebrar com o Banco Caixa Geral de Depósitos, SA para a Substituição de Dívida Através da Autorização para Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 658.903,88€.-----

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**-----

Não houve intervenções do público.-----

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

----Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram dezassete horas e três minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.-----

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

\_\_\_\_\_  
Celestino Tomás Pereira Brasileiro

No uso de competência e poderes delegados/subdelegados por Despacho n.º XX/XXXX, datado de XX de XXXX de XXXX.  
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.  
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

